



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS URUÇUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

LORENA DE SOUSA BRITO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS
POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

URUÇUÍ

2025

LORENA DE SOUSA BRITO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS
POLÍTICO-PEDAGÓGICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico)
apresentado como exigência parcial para obtenção
do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Uruçuí.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Híngara Leão Sousa de
Loureiro.

URUÇUÍ

2025

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Lorena de Sousa Brito¹
Híngara Leão Sousa de Loureiro²

RESUMO

Este trabalho analisa como a educação ambiental está inserida nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de três escolas municipais de Uruçuí, Piauí. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e investigou documentos atualizados entre 2023 e 2024, buscando identificar indicadores políticos e metodológicos da educação ambiental. Os resultados mostraram que apenas duas escolas (nomeadas A e B) incluem a temática ambiental em seus PPPs, mas de forma pontual e pouco sistematizada, enquanto a terceira (C) não menciona o tema. As ações registradas concentram-se em palestras e campanhas, sem continuidade ou integração plena ao currículo. Observou-se também pouca articulação com a comunidade e falta de incentivo ao protagonismo estudantil. A pesquisa destaca que a efetivação da educação ambiental depende do compromisso institucional, da formação continuada dos professores e da adoção de metodologias ativas e interdisciplinares. Para promover uma educação crítica e transformadora, é essencial que os PPPs incorporem a educação ambiental como eixo transversal, articulado a todas as áreas do conhecimento, contribuindo para formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a sustentabilidade e a justiça socioambiental.

Palavras-chave: currículo escolar; sustentabilidade; formação cidadã.

ABSTRACT

This research analyzes how environmental education is included in the Political-Pedagogical Projects (PPPs) of three municipal schools in Uruçuí, Piauí, Brazil. The research adopted a qualitative approach and examined documents updated between 2023 and 2024 to identify political and methodological indicators of environmental education. Results showed that only two schools (named A and B) include the environmental theme in their PPPs, but in a limited and unsystematic way, while the third school (C) does not mention the theme at all. The recorded actions focus on lectures and awareness campaigns, without continuity or full curricular integration. There was also little articulation with the community and a lack of encouragement for student protagonism. The study emphasizes that implementing environmental education depends on institutional commitment, continuous teacher training, and the adoption of active and interdisciplinary methodologies. To promote critical and transformative education, it is essential that PPPs incorporate environmental education as a cross-cutting theme integrated into all areas of knowledge, contributing to the formation of conscious, critical citizens committed to sustainability and socio-environmental justice.

Keywords: school curriculum; sustainability; citizenship education.

Data de aprovação: 14/07/2025

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Uruçuí. E-mail: lorenasousab23@gmail.com

² Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Uruçuí. E-mail: hingara.sousa@ifpi.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental é formada por um conjunto de atividades práticas que buscam soluções para os problemas ambientais desenvolvendo projetos a partir de uma base interdisciplinar que requisita a colaboração da comunidade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam “[...] a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais” (Brasil, 1997, p. 22).

É fundamental que a educação ambiental seja introduzida desde os primeiros anos de vida, na família e na escola, de modo a conscientizar corretamente as crianças sobre a importância de cuidar da natureza (Medeiros *et al.*, 2011). Essa base precoce faz com que elas compreendam, desde cedo, seu papel na preservação ambiental. Nas séries seguintes, esse trabalho deve ser aprofundado com ações mais estruturadas, promovendo o desenvolvimento de atitudes responsáveis e o engajamento ativo dos alunos. Por isso, é importante que a escola implemente uma gestão que valorize e estimule a participação ativa de todos os integrantes da comunidade escolar, fortalecendo assim a ação coletiva em prol do meio ambiente desde as etapas escolares iniciais.

A educação ambiental tem como objetivos conscientizar as pessoas em relação ao meio ambiente e sua conservação, informar e sensibilizar para os problemas ambientais, explorar novas tecnologias e soluções e convidar as pessoas a serem participantes nesse meio. Assim, ela deve ser tratada como parte da vida dos alunos, não isolada deles. Portanto, é importante promover ações que permitam a conscientização por meio de uma educação ambiental integrada ao cotidiano escolar de forma crítica, contínua e transformadora, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade.

Conforme Veiga (1996), a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) é vital para democratizar a escola e fortalecer sua autonomia. Esse documento orienta as especificidades da instituição, integrando conceitos como campo, trabalho, cultura, identidade e diversidade. Ele reflete a realidade local em muitos municípios e organiza o trabalho pedagógico de forma coletivamente construída. Dessa maneira, é importante avaliar as práticas pedagógicas utilizadas no âmbito da educação ambiental escolar e de que forma elas são eficientes para a construção dos conhecimentos que tornam os alunos responsáveis pelo ambiente e seus reflexos na sociedade.

A escola deve despertar nos alunos o senso de responsabilidade socioambiental, incentivando-os a buscar valores que promovam uma convivência harmônica com o meio ambiente e todas as espécies. Para isso, ela deve orientá-los a realizar análise crítica dos princípios que têm causado a destruição dos recursos naturais. Assim, os estudantes são preparados para investigar temas ambientais e desenvolver consciência sobre suas atitudes como cidadãos.

A educação ambiental deve estar presente de forma abrangente no PPP da escola, permeando todos os níveis de ensino em caráter formal e não formal (Brasil, 1999). Ela pode ser trabalhada nas diferentes áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, integrando conteúdos referentes aos aspectos físicos, históricos, sociais, econômicos e políticos que compõem a temática (Rossini; Cenci, 2020). Segundo Ferrari e Zancul (2010), a educação ambiental deve estar explicitamente consolidada no PPP da instituição, uma vez que este documento é fundamental para orientar tanto os professores quanto a escola em sua totalidade no planejamento e execução das atividades.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar de que forma a educação ambiental é incluída nos PPPs de três escolas do município de Uruçuí, Piauí. Os objetivos específicos foram: (i) identificar quais indicadores da dimensão política da educação ambiental estão presentes nos PPPs; e (ii) verificar quais são os aspectos metodológicos

presentes nos PPPs para trabalhar a educação ambiental nessas escolas.

2 METODOLOGIA

2.1 CONTEXTO E SUJEITOS DA PESQUISA

Essa pesquisa foi desenvolvida por meio da análise documental dos PPPs de três escolas de Ensino Fundamental da rede pública do município de Uruçuí, Piauí, localizadas em diferentes bairros da cidade, visando garantir a diversidade no perfil institucional. Para preservar a identidade das escolas participantes, estas foram nomeadas, ao longo do texto, como escola A, escola B e escola C.

Inicialmente, foram realizadas visitas às escolas com a apresentação dos ofícios emitidos pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI), para autorização formal ao acesso dos documentos. Após a autorização e a obtenção dos PPPs, procedeu-se à análise detalhada dos conteúdos, com foco específico na identificação da presença, ausência e abordagem da educação ambiental nas propostas pedagógicas de cada instituição.

A escolha por utilizar os PPPs como principal fonte documental justifica-se pela importância desses documentos como instrumentos norteadores das ações pedagógicas, administrativas e das diretrizes educacionais de cada escola. Os PPPs refletem as concepções de educação adotadas pelas instituições, suas metas, estratégias metodológicas e a intencionalidade educativa em relação a temas transversais como a educação ambiental. Seguindo a orientação metodológica de Lüdke e André (1986), a pesquisa documental se configura como uma estratégia qualitativa de grande relevância, possibilitando o levantamento, a interpretação e o aprofundamento de informações contidas em documentos oficiais, além de favorecer a identificação de aspectos emergentes relacionados ao objeto de estudo.

2.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise dos documentos foi orientada por uma sequência de perguntas previamente definidas (Apêndice A), baseada em Loureiro (2015), pois este discute a Educação Ambiental Crítica a partir de um diálogo com os pressupostos pedagógicos de Paulo Freire no contexto da Educação Básica. As perguntas buscaram identificar aspectos como a transversalidade da educação ambiental no currículo, a promoção do protagonismo estudantil, a articulação entre escola e comunidade, o incentivo à formação crítica e política dos alunos e a adoção de metodologias ativas. Essa abordagem foi fundamental para garantir uma análise que fosse além da simples identificação de práticas ambientais, permitindo avaliar o grau de comprometimento das instituições com uma educação ambiental emancipadora e transformadora.

A análise dos documentos foi dividida em duas etapas. As duas categorias centrais de análise foram: *indicadores políticos*, relacionados às políticas institucionais, gestão escolar e participação democrática, verificando nos PPPs a presença de temas como justiça social, cidadania, políticas públicas ambientais e participação da comunidade; e *aspectos metodológicos*, voltados à abordagem de temas ambientais, práticas pedagógicas interdisciplinares e o incentivo ao protagonismo estudantil voltado à sustentabilidade (Apêndice A).

Os dados coletados foram interpretados com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões, recorrências e falhas quanto à abordagem da educação ambiental nos PPPs.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 INDICADORES DA DIMENSÃO POLÍTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PPP

Foram examinados três PPPs de escolas municipais, dos quais dois apresentavam como data da última atualização o ano de 2023, e um estava atualizado em 2024. Esses dados indicam um compromisso das instituições com a revisão periódica de seus documentos orientadores, visando manter a coerência entre as diretrizes pedagógicas e as transformações no contexto escolar. O PPP, embora represente um planejamento mais estruturado e voltado para o longo prazo, pode ser revisto e ajustado ao longo do tempo, especialmente quando a escola passa por mudanças significativas.

A pesquisa realizada nas escolas de Uruçuí revelou que a educação ambiental é um tema relevante e presente nos PPPs das instituições investigadas. As escolas A e B destacaram-se por suas abordagens abrangentes e comprometidas com a educação ambiental. A escola A apresentou uma parceria entre pais, alunos e sociedade, conforme previsto na Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999). A escola B também apresentou em seu PPP projetos de conscientização com a participação de alunos e professores, articulando com movimentos sociais e seguindo a PNEA. Em contraste, a escola C apresentou uma abordagem mais limitada, mencionando apenas a cidadania como um aspecto relevante e não apresentando políticas públicas ambientais ou articulação com movimentos sociais. Essa articulação é um aspecto fundamental para a promoção da educação ambiental crítica e transformadora.

Foi investigado de que maneira os PPPs tratam o papel da escola na transformação socioambiental da comunidade local. A análise evidencia diferentes níveis de compromisso de cada instituição. As escolas A e B demonstram, em seus documentos, uma preocupação em promover ações educativas que extrapolam os limites da sala de aula, envolvendo tanto o corpo docente e discente quanto a comunidade externa. Essas ações são desenvolvidas por meio de projetos e parcerias com entidades locais, como organizações comunitárias, culturais e ambientais. A intenção é formar cidadãos críticos e agentes de transformação, capazes de intervir positivamente na realidade socioambiental em que estão inseridos.

No entanto, é importante destacar que, apesar dessas iniciativas, a abordagem das escolas A e B ainda se apresenta de forma geral e pouco detalhada nos PPPs, necessitando de uma descrição mais aprofundada sobre as estratégias pedagógicas específicas voltadas para a transformação socioambiental. A inclusão de metas claras, indicadores de impacto e a sistematização de práticas sustentáveis poderia fortalecer o compromisso institucional com essa transformação. Por outro lado, a escola C não evidencia em seu PPP qualquer menção ao papel transformador da escola no contexto socioambiental local. Essa ausência indica uma lacuna no planejamento pedagógico da instituição, o que pode refletir uma oportunidade não explorada de engajamento com a comunidade e de desenvolvimento de uma educação ambiental mais efetiva e contextualizada.

Foi analisado se existem propostas de articulação entre as escolas e movimentos sociais, ONGs ou conselhos municipais relacionados ao meio ambiente. A escola B é a única, entre as instituições pesquisadas, que apresenta, de forma clara, uma proposta de interação com a comunidade local, por meio de ações de conscientização ambiental. Já as escolas A e C não apresentam em seus PPPs nenhuma proposta de articulação com entidades externas voltadas à temática ambiental. Essa ausência aponta para uma lacuna importante nas ações de educação ambiental dessas instituições, especialmente considerando o papel fundamental que a interação com movimentos sociais e órgãos ambientais pode desempenhar na formação de uma consciência ecológica crítica e cidadã (Russo, 2013).

A articulação da escola com conselhos municipais, ONGs e movimentos sociais

permite o contato com saberes comunitários e a inserção do aluno em processos reais de transformação socioambiental (Reis; Semêdo; Gomes, 2012). Tais experiências são fundamentais para a construção de uma consciência ecológica crítica, baseada na corresponsabilidade pelo cuidado com a vida e com o planeta. Como destaca Carvalho (2012), a educação ambiental crítica deve articular-se com práticas sociais reais e participativas, permitindo que o aluno se insira em processos de transformação e construa novos sentidos coletivamente. Embora exista potencial para o desenvolvimento da educação ambiental nas escolas pesquisadas, apenas uma delas apresenta, de forma clara, o compromisso de integrá-la com a realidade comunitária. Cabe às demais refletirem sobre como incorporar tais diretrizes em seus PPPs, reconhecendo a importância da atuação em rede para a formação de sujeitos ecologicamente e socialmente engajados.

A análise referente à participação ativa da comunidade escolar (alunos, pais, professores) nas decisões sobre ações ambientais revela um cenário de participação parcial nas escolas A e B. Embora ambas as instituições demonstrem incentivar o envolvimento de alunos e professores nas decisões relacionadas às práticas ambientais, nota-se a ausência da participação efetiva dos pais e demais membros da comunidade externa. Essa limitação indica que, apesar de haver uma preocupação inicial com a inclusão de diferentes vozes no processo decisório, o incentivo à gestão democrática e participativa ainda não é plenamente alcançado.

A pesquisa aponta que, embora existam iniciativas de participação da comunidade escolar nas escolas A e B, estas ainda ocorrem de forma restrita e carecem de maior amplitude e sistematização, com o objetivo de envolver toda a comunidade de maneira efetiva e colaborativa. Já a escola C não demonstra nenhuma ação nessa participação ativa da comunidade escolar em decisões sobre ações ambientais, o que representa uma lacuna a ser superada. Embora exista uma obrigatoriedade legal e ética de incluir metas e objetivos específicos relacionados à formação crítica e política dos estudantes frente às questões ambientais, essa exigência não é plenamente contemplada em todas as instituições analisadas.

A última análise dos indicadores da dimensão política consistiu em averiguar se os PPPs incluem metas ou objetivos específicos relacionados à formação crítica e política dos estudantes em relação às questões ambientais. Neste ponto, apenas as escolas A e B apresentam, em seus PPPs, referências de ações voltadas à formação de uma consciência ambiental crítica e politicamente engajada. Nessas escolas, essa formação ocorre principalmente por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares que abordam questões ambientais locais, como a conservação de rios, lagos e outros ecossistemas próximos à comunidade escolar. Tais projetos possibilitam aos alunos o contato direto com problemas ambientais reais, promovendo não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos, mas também o desenvolvimento de atitudes críticas, éticas e políticas em relação ao meio ambiente (Souza; Andrade, 2022).

No entanto, mesmo nas escolas que incluem tais ações, observou-se que as metas e objetivos relacionados à formação crítica e política dos estudantes não estão descritos de maneira detalhada ou com indicadores de acompanhamento e avaliação. Isso evidencia uma fragilidade na sistematização das propostas pedagógicas e aponta para a necessidade de maior clareza na definição de estratégias que promovam efetivamente a formação cidadã e política dos alunos em relação ao meio ambiente. Já a ausência de qualquer referência a esse tema no PPP da escola C revela uma lacuna importante no processo de planejamento educativo dessa instituição e essa omissão pode refletir uma visão ainda pobre sobre o papel da escola na formação de sujeitos críticos e conscientes de suas responsabilidades socioambientais.

3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A segunda parte da análise dos PPPs buscou investigar os aspectos metodológicos para

o ensino da educação ambiental. Inicialmente, foi analisado se os PPPs preveem atividades interdisciplinares que envolvam temas ambientais e quais áreas do conhecimento estão integradas nessas atividades. A análise evidenciou que apenas as escolas A e B apresentam, de forma explícita, a previsão de atividades interdisciplinares envolvendo temas ambientais, com integração de diferentes áreas do conhecimento. Essas atividades, segundo os documentos analisados, concentram-se principalmente nas disciplinas de Ciências da Natureza (Biologia, Química e Física) e Geografia, evidenciando um esforço, ainda que pontual, para articular conteúdos escolares a partir de uma perspectiva mais ampla e contextualizada.

A presença dessas atividades interdisciplinares nas escolas A e B está alinhada com as diretrizes da Educação Ambiental Crítica, como defende o autor Carvalho (2006), que reforça a importância da abordagem integrada e transversal da temática ambiental no currículo escolar. Essa interdisciplinaridade permite que os estudantes compreendam as questões ambientais de maneira sistêmica, percebendo a inter-relação entre os aspectos científicos, sociais, culturais e econômicos que envolvem os problemas ambientais (Pereira, 2014).

Contudo, apesar de constar nos PPPs das escolas A e B, a pesquisa indica que essas práticas interdisciplinares ainda são limitadas a algumas áreas do conhecimento, com predomínio das disciplinas tradicionalmente vinculadas ao tema, como Ciências e Geografia. A ausência de uma integração mais ampla com outras áreas, como Língua Portuguesa, História, Matemática ou Artes, demonstra que a interdisciplinaridade ainda não é plenamente efetiva e integrada ao currículo como um todo. Já a escola C, conforme evidenciado na análise, não apresenta nenhuma proposta metodológica que envolve a interdisciplinaridade ou o tratamento de temas ambientais. No entanto, embora existam iniciativas positivas nas escolas A e B, ainda é necessário avançar na ampliação da interdisciplinaridade, envolvendo um maior número de áreas do conhecimento e garantindo a efetivação de práticas pedagógicas mais integradas, críticas e transformadoras. A escola C, por sua vez, precisa reestruturar seu PPP para atender às exigências legais e pedagógicas relacionadas à educação ambiental.

Em seguida, foi analisado se há, nos PPPs, menção a metodologias ativas, como projetos, oficinas, trabalho de campo ou estudos do meio para tratar de temas ambientais. Neste aspecto, a análise também evidencia diferentes níveis de compromisso das escolas com a utilização de metodologias ativas para o tratamento de temas ambientais. A escola A demonstra iniciativa promovendo atividades práticas voltadas para a conscientização ambiental, como o correto descarte de resíduos sólidos, palestras educativas, produção de cartazes e ações de sensibilização na comunidade local. Embora essas ações representem um avanço em comparação com abordagens exclusivamente teóricas, observa-se que ainda são iniciativas comuns e pouco sistematizadas, sem clareza de metodologias mais interativas, como trabalhos de campo, estudos do meio ou oficinas investigativas.

Já na escola B, a abordagem permanece predominantemente teórica, centrada em palestras e atividades educativas realizadas no espaço interno da escola. Embora importantes, essas estratégias se configuram como métodos tradicionais de ensino, que muitas vezes se refletem em uma aprendizagem mais passiva por parte dos estudantes. Conforme argumenta Moran (2015), as metodologias ativas têm como objetivo central tornar o aluno protagonista do seu processo de aprendizagem, estimulando a investigação, a reflexão crítica e a construção de soluções para problemas reais, o que ainda não é observado de forma efetiva nas práticas desta escola.

Já a situação da escola C é mais preocupante, uma vez que o PPP da instituição não apresenta qualquer menção a atividades, projetos ou estratégias pedagógicas voltadas para a temática ambiental. Essa ausência revela uma lacuna significativa, pois deixa de atender às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA)

(Brasil, 2012), que reforçam a importância da inserção da educação ambiental de forma transversal, contínua e integrada ao currículo escolar. De acordo com Zabala (1998), o uso de metodologias ativas é fundamental para favorecer a aprendizagem significativa, pois permite ao aluno relacionar os conteúdos escolares com situações concretas do seu cotidiano.

Além disso, autores como Paulo Freire defendem que a educação precisa ser dialógica e problematizadora, incentivando o aluno a refletir criticamente sobre a realidade que o cerca e a assumir um papel ativo na sua transformação (Freire, 1996). No contexto da educação ambiental, isso significa promover experiências que levem os estudantes a compreenderem os problemas socioambientais de sua comunidade e a desenvolver propostas de intervenção. Portanto, a pesquisa evidencia que, embora haja algumas iniciativas pontuais nas escolas A e B, a utilização efetiva e planejada de metodologias ativas ainda é insuficiente. Há uma necessidade urgente de avanços na implementação de práticas pedagógicas que promovam o protagonismo estudantil, a aprendizagem significativa e a formação de uma consciência crítica e ambientalmente responsável.

Seguindo a análise dos documentos, foi investigado se as escolas realizam projetos contínuos ou esporádicos de educação ambiental e quais são esses projetos. Os resultados evidenciam diferenças significativas no grau de envolvimento e comprometimento de cada instituição com a temática ambiental. Nas escolas A e B, identificaram-se algumas iniciativas, tais como palestras, produção e distribuição de panfletos, entre outras. Essas atividades, apesar de relevantes, são caracterizadas como esporádicas e de alcance limitado, com foco principal em datas comemorativas, como o Dia Mundial do Meio Ambiente, sem a configuração de um programa de educação ambiental permanente e estruturado ao longo do ano letivo.

A presença de ações pontuais nas escolas A e B mostra que existe uma preocupação inicial com a formação ambiental dos estudantes e com a sensibilização da comunidade escolar, mas a falta de continuidade e de um planejamento sistemático dificulta a consolidação de práticas pedagógicas sustentáveis e integradas ao currículo. Segundo Carvalho (2006), a educação ambiental precisa ser concebida como um processo contínuo e articulado, permeando todas as disciplinas e práticas escolares, e não como uma ação isolada ou restrita a momentos específicos.

No caso da escola C, a ausência completa de menção a projetos ou ações voltadas à educação ambiental demonstra uma lacuna preocupante no que diz respeito ao cumprimento das diretrizes da PNEA (Brasil, 1999) e das DCNEAs (Brasil, 2012). A não inclusão dessa temática no PPP da escola evidencia uma oportunidade não explorada de formação integral dos estudantes e de contribuição para a transformação socioambiental da comunidade.

Portanto, a análise indica que, embora as escolas A e B apresentem algumas características ambientais em seus PPPs, elas ainda precisam de continuidade, sistematização e de uma abordagem metodológica mais crítica e transformadora. Há a necessidade de um maior investimento na construção de projetos contínuos de educação ambiental que contemplem não apenas a informação, mas também a ação, a reflexão e o envolvimento efetivo de toda a comunidade escolar.

Em seguida, foi verificado nos PPPs de que maneira os professores são orientados a desenvolverem práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental. A análise dos PPPs das três escolas revela avanços parciais e algumas lacunas importantes. Nas escolas A e B, verifica-se a presença de diretrizes que orientam os docentes a planejarem e executarem ações concretas de educação ambiental, por meio de projetos interdisciplinares, atividades de sensibilização e envolvimento direto com a comunidade local. No entanto, apesar dessas orientações estarem previstas nos PPPs das escolas A e B, a pesquisa aponta que elas ainda são apresentadas de forma genérica, sem o detalhamento de metodologias específicas ou de mecanismos de acompanhamento e avaliação das práticas docentes.

Já na escola C, a ausência de qualquer menção ou orientação no PPP sobre a temática ambiental representa uma falha grave. Essa omissão compromete a promoção de uma educação integral e cidadã, além de desconsiderar as exigências legais estabelecidas pela PNEA e pelas políticas educacionais vigentes. A falta de direcionamento institucional pode refletir diretamente nas práticas pedagógicas, levando à invisibilidade do tema ambiental no cotidiano escolar. Diante da análise, é possível concluir que, embora existam avanços nas escolas A e B, ainda há um longo caminho a percorrer para que a orientação aos professores seja efetiva, detalhada e acompanhada de formação continuada que lhes permita desenvolver uma educação ambiental crítica, transformadora e socialmente engajada.

Posteriormente, foi analisado se os PPPs apresentam alguma estratégia de avaliação específica para atividades ligadas à temática ambiental. A análise dos PPPs das três escolas revela avanços parciais e importantes lacunas no processo de acompanhamento da aprendizagem ambiental. As escolas A e B apresentam algumas estratégias avaliativas voltadas ao desenvolvimento de atitudes, valores e conhecimentos ambientais. Entre os métodos descritos, destacam-se o acompanhamento contínuo do comportamento dos alunos, a observação da participação ativa em projetos e campanhas ambientais e o estímulo à reflexão crítica sobre questões socioambientais, priorizando o desenvolvimento de competências socioambientais em vez da simples memorização de conceitos teóricos.

Essas estratégias de avaliação demonstram uma tentativa de adotar uma perspectiva mais formativa e processual da aprendizagem, alinhada aos princípios da avaliação formativa. A adoção de avaliações que consideram o engajamento dos estudantes em atividades práticas, projetos interdisciplinares e discussões coletivas é fundamental para a construção de uma consciência ambiental crítica e cidadã. Contudo, mesmo com essas iniciativas, percebe-se que as estratégias de avaliação presentes nos PPPs das escolas A e B ainda necessitam de maior detalhamento e sistematização. As informações sobre os instrumentos de avaliação, os critérios de análise e os indicadores de aprendizagem ambiental ainda são descritas de forma genérica, o que pode dificultar sua aplicação efetiva no cotidiano escolar. No caso da escola C, a ausência de qualquer referência a estratégias de avaliação voltadas à educação ambiental representa uma falha preocupante.

A falta de mecanismos específicos para avaliar a aprendizagem ambiental pode gerar invisibilidade da temática no processo educativo, comprometendo a formação de estudantes críticos, reflexivos e comprometidos com a sustentabilidade. Diante disso, os dados evidenciam que, apesar de algumas iniciativas positivas nas escolas A e B, ainda há necessidade de avançar na estruturação de processos avaliativos mais completos, intencionais e integrados ao currículo escolar, de modo a garantir que a avaliação em educação ambiental cumpra seu papel formativo e contribua efetivamente para a transformação de atitudes e práticas sociais e ambientais dos alunos.

Por fim, foi verificado se existe incentivo no PPP à construção de projetos pedagógicos com protagonismo estudantil voltado à sustentabilidade. Os PPPs evidenciam que apenas as escolas A e B apresentam, de forma explícita, esses incentivos. Essas escolas reconhecem a importância de envolver os alunos de maneira ativa e participativa na elaboração e execução de ações voltadas para as questões socioambientais. O incentivo se dá por meio da valorização de projetos interdisciplinares, de temas geradores e da criação de espaços pedagógicos que estimulem a autonomia, a reflexão crítica e o compromisso com a sustentabilidade.

Nas escolas A e B, essa proposta de protagonismo estudantil pode ser observada em projetos que incentivam os alunos a executarem ações que envolvam tanto a comunidade escolar quanto o entorno social. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de competências como a responsabilidade socioambiental, o trabalho em equipe e a tomada de decisão, fortalecendo a formação cidadã e política dos estudantes. Por outro lado, a escola C

não apresenta em seu PPP qualquer incentivo à construção de projetos com protagonismo estudantil voltado à sustentabilidade. Essa ausência pode comprometer a formação crítica dos alunos, uma vez que limita a compreensão das inter-relações entre sociedade e meio ambiente, reduz as oportunidades de reflexão sobre problemas socioambientais e enfraquece o desenvolvimento do pensamento autônomo e da capacidade de intervenção transformadora na realidade.

Essa ausência representa uma fragilidade significativa na formação ambiental e cidadã dos alunos desta instituição, evidenciando a necessidade de revisão e atualização de seu projeto pedagógico. Diante dessa situação, a pesquisa reforça a importância de todas as escolas investirem na promoção de práticas pedagógicas que garantam o protagonismo estudantil, criando oportunidades reais para que os alunos se tornem agentes de transformação social e ambiental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática.

A abordagem interdisciplinar e participativa também é essencial para a educação ambiental. A orientação para professores e a estratégia de avaliação também são fundamentais para garantir a eficácia da educação ambiental. Logo, há a necessidade de uma nova visão do desenvolvimento humano que integre os valores e potenciais da natureza e os impactos sociais.

Conforme destacam Gama e Bridi (2021), a educação ambiental é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes das questões ambientais, capazes de tomar decisões informadas e responsáveis. Incorporar essa perspectiva nos PPPs das escolas representa uma estratégia valiosa, sendo possível garantir que os alunos desenvolvam uma visão crítica e transformadora em relação ao meio ambiente. Gama e Bridi (2021) ressaltam a importância de inserir a temática de maneira sistêmica e interdisciplinar, promovendo protagonismo juvenil e preparando os estudantes para atuar com ética e responsabilidade ambiental.

A incorporação da dimensão política na educação ambiental, junto a uma abordagem interdisciplinar e participativa, é fundamental para que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica das complexas relações entre sociedade, economia e meio ambiente. Além disso, a interdisciplinaridade amplia o entendimento ao integrar conhecimentos de diversas áreas, enquanto a participação ativa dos estudantes fortalece o senso de responsabilidade e o protagonismo na construção de soluções para os desafios ambientais contemporâneos.

4 CONCLUSÃO

A análise dos PPPs das três escolas investigadas em Uruçuí revelou um cenário desigual no que diz respeito à inclusão e ao tratamento da educação ambiental no ambiente escolar. Enquanto as escolas A e B apresentam avanços ao incorporarem a temática em seus projetos pedagógicos, promovendo atividades interdisciplinares e estimulando o protagonismo estudantil, a escola C demonstra uma significativa lacuna, não contemplando ações ou diretrizes relacionadas à educação ambiental em seu planejamento institucional.

Diante disso, é fundamental que as escolas e os educadores continuem a desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e eficazes que promovam a educação ambiental. Além disso, é necessário que haja um compromisso contínuo com a formação de professores e a atualização dos PPPs, garantindo que a educação ambiental seja uma prioridade nas escolas e na sociedade.

Portanto, recomenda-se que as escolas do município revisem e atualizem seus PPPs, incorporando estratégias claras e sistemáticas para a educação ambiental, fortalecendo metodologias ativas, promovendo o protagonismo juvenil e ampliando a articulação com a

comunidade e os movimentos sociais. Somente assim será possível formar cidadãos críticos, responsáveis e capazes de atuar em prol da sustentabilidade e da transformação social, conforme preconizam as diretrizes nacionais e os princípios da educação ambiental crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental**. Brasília, DF: MEC, 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERRARI, Alexandre Harlei; ZANCUL, Maria Cristina de Senzi. **A educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Araraquara/SP**. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAMA, Suzany Evelyn de Souza; BRIDI, Verônica Loureiro. Educação Ambiental no Ensino Fundamental: dificuldades, desafios, recursos didáticos e percepções. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 27, 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Aurélia Barbosa de; MENDONÇA, Maria José da Silva Lemes; SOUSA, Gláucia Lourenço de; OLIVEIRA, Itamar Pereira de. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, 2011.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma educação inovadora. In: **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2015.

PEREIRA, Francielle Amâncio. Educação ambiental e interdisciplinaridade: avanços e retrocessos. **Brazilian Geographical Journal**, v. 5, n. 2, 2014.

REIS, Luiz Carlos Lima dos; SEMÊDO, Luzia Teixeira de Azevedo Soares; GOMES, Rosana Canuto. Conscientização ambiental: da educação formal a não formal. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, v. 2, n. 1, p. 47-60, 2012.

ROSSINI, Cleusa Maria; CENCI, Daniel Rubens. Interdisciplinaridade e Educação Ambiental: um diálogo sustentável. **Revista Prática Docente**, v. 5, n. 3, p. 1733-1746, 2020.

RUSSO, Kelly. Parceria entre ONGs e escolas públicas: alguns dados para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 614-641, 2013.

SOUZA, Daniela Faria de; ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de. Diálogos entre a Educação Ambiental e a aprendizagem baseada em problemas: uma proposta de intervenção sobre o uso da água com estudantes do Ensino Fundamental. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 27, n. 2, p. 1-34, 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS (PPPs)

1. Indicadores da dimensão política da Educação Ambiental no PPP

- a) O PPP da escola aborda questões relacionadas à justiça social, cidadania ou participação democrática? Se sim, de que forma?
- b) Há menção no PPP a políticas públicas ambientais ou diretrizes nacionais de educação ambiental (como a PNEA)?
- c) De que maneira o PPP trata o papel da escola na transformação socioambiental da comunidade local?
- d) Existem propostas de articulação entre a escola e movimentos sociais, ONGs ou conselhos municipais relacionados ao meio ambiente?
- e) A gestão escolar incentiva a participação ativa da comunidade escolar (alunos, pais, professores) em decisões sobre ações ambientais?
- f) O PPP inclui metas ou objetivos específicos relacionados à formação crítica e política dos estudantes em relação às questões ambientais?

2. Aspectos metodológicos para o ensino de Educação Ambiental

- a) O PPP prevê atividades interdisciplinares que envolvam temas ambientais? Quais áreas do conhecimento estão integradas?
- b) Há menção a metodologias ativas, como projetos, oficinas, trabalho de campo ou estudos do meio para tratar de temas ambientais?
- c) A escola realiza projetos contínuos ou esporádicos relacionados à educação ambiental? Quais?
- d) De que maneira os professores são orientados, por meio do PPP, a desenvolverem práticas pedagógicas voltadas à educação ambiental?
- e) O PPP apresenta alguma estratégia de avaliação específica para atividades ligadas à temática ambiental?
- f) Existe incentivo no PPP à construção de projetos pedagógicos com protagonismo estudantil voltado à sustentabilidade?